

# Servidores federais mostram disposição para pressionar o Governo

Cerca de duzentos servidores federais estiveram na manhã de sexta-feira, 16, na Praça Alencastro para o último dia da paralisação nacional de 48 horas das superintendências do Poder Executivo. O barulho foi maior que no dia anterior e representantes de cada órgão reivindicaram seus direitos na porta da prefeitura de Cuiabá. **(PÁGINA 4)**



## “Há uma carência grande de líderes políticos no Estado”



Sem confirmar a candidatura ao governo do Estado em 2010, o juiz da 1ª Vara Federal de Mato Grosso, Julier Sebastião da Silva, que atua na operação Pacenas, recebeu a reportagem do jornal O Compromisso, numa entrevista

exclusiva para falar aos servidores públicos federais. **(PÁGINA 3)**

## Servidores federais e Governo não entram em acordo

**(PÁGINA 2)**

## Sindsep-MT realiza reunião para rever reajuste da Unimed

A Unimed de Cáceres, plano de saúde conveniado ao Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) apresentou uma proposta de reajuste de 38% que não foi aceita pelos seus usuários.

**(PÁGINA 2)**



## 28 de Outubro: Dia do Servidor Público



Em 1808, com a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil, formou-se o embrião daquilo que seria a máquina administrativa estatal. São, portanto, mais de duzentos anos de funcionalismo público. O Brasil se tornou independente, virou império, república. E lá estavam os servidores. Governos e governantes vieram e passaram, e os funcionários permaneceram. Tanto na ditadura quanto na democracia, a imensa máquina pública brasileira jamais deixou de funcionar. Por fazer parte dessa história, você merece comemorar! Parabéns!

**Diretoria do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso**

## Veja o calendário aprovado em Brasília

- 1º/10 – Paralisação de 24 horas
- 15 e 16/10 – Paralisação de 48 horas
- 23/10 – Reunião do Conselho Deliberativo de Entidades (CDE)
- 24/10 – Planária Nacional da Condsef
- 10/11 – Indicativo de greve por tempo indeterminado

# Servidores federais e Governo não entram em acordo

Thaís Raeli  
Da Redação

Um desafio foi lançado pelo governo federal aos sindicalistas. O secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SRH/MPOG), Duvanier Paiva Ferreira, disse na sexta-feira, 9 de outubro, que ao contrário do que os trabalhadores da União dizem, não houve recuo por parte do Executivo no que diz respeito as negociações e que



a categoria terá que provar que houve descumprimento.

“Desafio qualquer sindicato a mostrar um ponto do

acordo que não tenha sido cumprido no que diz respeito a 2010. Existem negociações que foram em médio prazo e a questão do prazo foi um pacto e não um acordo firmado, por isso é compreensível o atraso”, disse Duvanier.

A entrevista foi concedida com exclusividade ao Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) que mantém seu posicionamento favorável aos trabalhadores. O secretário disse também que as negociações salariais estão encerradas, mas todas as semanas

existem Grupos de Trabalho (GT) para debaterem sobre auxílio benefício e a possibilidade de ser dado de acordo com o salário de cada servidor. Ou seja, o servidor que ganhar mais, receberá menos no valor desses acréscimos que são auxílio creche, alimentação e outros.

O secretário do Ministério do Planejamento disse também que não acredita no indicativo de greve apontado pela categoria e que não houve diálogo para o recuo da paralisação dos dias 15 e 16 de outubro. “Se houver greve va-

mos respeitar a constitucionalidade”, acrescentou Paiva.

Sobre a paridade dos servidores que atuam no mesmo exercício, mas em superintendências diferentes, ele disse que é pertinente devido a diferença de órgãos, mas que o tema está nas conversas dos Grupos de Trabalho. As declarações foram dadas antes do evento na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), onde ocorreu um debate sobre os prejuízos que os últimos governos trouxeram à carreira docente no ensino superior

## Servidores do MTE saem na frente e param atividades a partir do dia 28

Em defesa de suas reivindicações e por melhores condições de trabalho, servidores do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) decidiram paralisar suas atividades em todo o Brasil, por tempo indeterminado, a partir do dia 28 deste mês, quando se comemora o Dia do Servidor.

A paralisação acontecerá caso o governo não atenda as reivindicações do setor que incluem construção de um grupo de trabalho (GT) para discutir carreira específica do MTE e uma nova estrutura remuneratória para o setor. Os servidores também querem a recomposição de sua força de trabalho. A decisão foi tomada na sexta-feira, dia 9 de outubro, durante plenária nacional conjunta da categoria que contou com representantes de quinze estados e o Distrito Federal. Na plenária, além da Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal), participaram CNTSS e Fenasps, entidades que também representam os servidores do MTE nas mesas de negociação com o governo.

No dia 23, sexta-feira, Condsef, Fenasps e CNTSS realizam plenária conjunta para avaliar os movimentos de mobilização e discutir ações para avançar no processo de negociação com o governo. Entre os dias 16 e 22, rodadas de assembleia serão realizadas em todo o Brasil para debater com a categoria a paralisação de atividades por tempo indeterminado a partir do dia 28. Um representante por estado que participa do movimento será eleito nas assembleias de base e vão compor o Comando Nacional de Greve a partir do dia 28. O Comando Nacional de Mobilização fica mantido.

A decisão dos servidores do MTE foi tomada buscando quebrar a intransigência do governo frente às demandas e necessidades do setor. Três paralisações de alerta realizadas em 27 de julho, 25 de agosto e 1º de outubro não foram suficientes para sensibilizar o governo a instalar um processo efetivo de negociação que garanta o atendimento das justas reivindicações.

Conheça os eixos de mobilização/greve dos servidores do MTE:

- Implantação imediata do Plano de Carreira dos servidores do MTE conforme aviso ministerial no 30

- Melhorias das condições de trabalho

- Regulamentação da jornada de trabalho de 30 horas semanais, sem redução de salários, com dois turnos diários para ampliar o atendimento à população

- Política de Treinamento e Capacitação permanentes

- Ampliação das vagas do órgão com contratação de remanescentes do último concurso

- Paridade Salarial entre ativos, aposentados e pensionistas

- Isonomia do Auxílio-Alimentação do Poder Executivo com o do Judiciário

- Retorno do regime de solidariedade nos descontos da Geap, com valores compatíveis com os salários dos servidores. Garantia de melhoria na qualidade do atendimento.

## Confederação rebate críticas

Por telefone, o diretor da Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal), Sérgio Ronaldo da Silva, achou um desafio as declarações do secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SRH/MPOG), Duvanier Paiva Ferreira e que por essa falta de entendimento que houve a paralisação de 48 horas, seguida da greve nacional no dia 10 de novembro.

“Isso que ele está fazendo é uma bravata. Não vamos engolir isso. Vamos enfrentar e mobilizar a categoria e colocar os trabalhadores na rua. A greve é o limite, ninguém faz greve porque quer. Nos dias 15 e 16 de outubro o governo sente esse termômetro e nós aceitamos qualquer desafio”, disse Sérgio Ronaldo.

Para provar que houve descumprimento por parte do governo, os sindicalistas entraram com uma ação no

Ministério Público e enumeraram os desacordos em pastas como Imprensa Nacional, Ministério do Trabalho, Tecnologia Militar, Ibama, Inbra, Dnit, Funasa e outras. “Temos todos os termos de compromisso assinados pelo governo”, declarou Sérgio Ronaldo. Além da greve nacional de toda a categoria, os primeiros servidores que vão parar são do Ministério do Trabalho, numa decisão ocorrida ontem em Brasília.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL,  
terça-feira, 22 de setembro de 2009. Nº: 179/2009  
DIVULGAÇÃO: TERÇA-FEIRA, 22 DE SETEMBRO  
PUBLICAÇÃO: QUARTA-FEIRA, 23 DE SETEMBRO 41

SECRETARIA JUDICIÁRIA  
Decisões e Despachos dos Relatores  
PROCESSOS ORIGINÁRIOS  
MANDADO DE INJUNÇÃO 1.018-8 (242)  
PROCED.: DISTRITO FEDERAL  
RELATOR: MIN. CARLOS BRITTO  
IMPTE.(S) : SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS  
NO ESTADO DE MATO GROSSO - SINDSEP (MT)  
ADV.(A/S) : JOÃO BASTISTA DOS ANJOS E OUTRO (A/S)  
IMPDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL  
Despacho: Idêntico ao de nº 240  
DECISÃO: Vistos, etc.

Trata-se de mandado de injunção, impetrado por entidade sindical, sob alegação de mora legislativa na regulamentação do § 4º do art. 40 da Constituição Federal.

2. Pois bem, de saída, transcrevo o inciso LXXI do art. 5º da Constituição Federal: “Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades

constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.”

3. A seu turno, o atual § 4º do art. 40 da Carta Republicana tem a seguinte redação: “É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores:

I – portadores de deficiência;  
II – que exerçam atividades de risco;  
III – cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.”

4. Prossigo para anotar que, no julgamento do MI 721, sob a relatoria do ministro Marco Aurélio, o Supremo Tribunal Federal avançou um novo olhar sobre os dispositivos acima transcritos, dando-lhes maior concretude. Ao fazê-lo, reconheceu o direito do servidor público à contagem diferenciada do tempo de serviço em atividade insalubre, após a implantação do regime estatutário.

5. Naquela ocasião, acompanhei, confortavelmente, o voto do eminente relator. E o fiz com as seguintes palavras: Senhora Presidente, acompanho, lembrando que, nas discussões anteriores, observei que somente cabe mandado de injunção perante uma norma constitucional de eficácia limitada. Sendo assim, não faz sentido proferir uma decisão judicial também de eficácia limitada. É uma contradição nos termos. A decisão judicial há de ser pleno-operante, marcada pela sua carga de real concretude; ou seja, tem de se revestir de caráter mandamental, como é da natureza da ação constitucional agora sob julgamento.

6. Muito bem. Na Sessão de 15.04.2009, esta Suprema Corte manteve a nova orientação, ao julgar os MIs 795, 797, 809, 828, 841, 850, 857, 879, 905, 927, 938, 962, 998 (sob a relatoria da ministra Cármen Lúcia), bem como os MIs 788, 796, 808 e 825 (sob a minha própria relatoria). Mais: o Plenário, resolvendo questão de ordem, autorizou o julgamento monocrático dos casos semelhantes. Ora, diante deste quadro decisório, a refletir uma nova e mais arejada postura de concretização constitucional, julgo procedente o pedido para

remover o obstáculo da falta de lei complementar disciplinadora das hipóteses arroladas nos três incisos do § 4º do art. 40 da Magna Carta. Quanto à presença das demais condições, necessárias ao deferimento das almeçadas aposentadorias especiais aos servidores públicos substituídos processualmente pela parte impetrante, é de ser aferida no bojo dos respectivos processos administrativos e na forma da Lei nº 8.213/91.

Publique-se.

Brasília, 17 de setembro de 2009.

Ministro CARLOS AYRES BRITTO  
Relator

## Sindsep-MT realiza reunião para rever reajuste da Unimed

A Unimed de Cáceres, plano de saúde conveniado ao Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) apresentou uma proposta de reajuste de 38% que não foi aceita pelos seus usuários.

Na manhã de sexta-feira, 2 de outubro, o gerente executivo da Unimed, Marcos José da Silva Oliveira, esteve na sede do Sindsep-MT e se reuniu com trinta clientes do plano para debater o percentual do reajuste. O presidente do Sindicato, Carlos Alberto de Almeida, e os demais presentes não concordaram com esse aumento e ficou definido que a contraproposta será de 15%.



Além disso, Carlos explicou que o Sindsep-MT entrará na Justiça para reverter um outro impasse em relação ao plano. A Unimed Cáceres pontuou que não en-

viará mais os boletos para cada cliente, sendo encaminhado ao Sindsep-MT que ficaria encarregado do pagamento e do recolhimento dos valores da fatura.

## EXPEDIENTE

### Boletim Informativo do SINDSEP-MT

Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho, nº 82, bairro Poção. CEP: 78 015-630, Cuiabá/MT  
Telefones: (65) 3023 6617 / 3023 9338 - e-mail: sindsepmt@gmail.com

Jornalista Responsável: Thaís Raeli – DRT 26 645/RJ

Tel.: (65) 8126-0123 E-mail: jornalista@gmail.com

Diagramação/Edição de Arte: Mario Pulcherio Filho - 9214-8099

Fotos: Chico Venâncio

DIRETORIA EXECUTIVA: CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA (PRESIDENTE), ROOSEVEL MONTA (VICE – PRESIDENTE), DAMASIO DE SOUZA PEREIRA (1º SECRETÁRIO), LUIZ MAURO EVANGELISTA (2º SECRETÁRIO), EDSON LUIZ DOS SANTOS (1º TESOUREIRO), IDIO NEMÉSIO DE BARROS NETO (2º TESOUREIRO), ADERBAL CASTRO QUEIROZ (1º SEC. ADM), ADELINO FERREIRA CAMPOS (2º SEC. ADM), MAURÍCIO ALVES RATTACASO JÚNIOR (1º SEC. FORM. SIND), IRACY OLIVEIRA FERREIRA (2º SEC. FORM. SIND), JAMIL OURIVES JÚNIOR (1º SEC. JURÍDICO), AMÉLIA ALVES SANTANA (2º SEC. JURÍDICO), IDEVALDO BERNARDES DE OLIVEIRA (1º SEC. INTERIOR), ADELIO DA SILVA JÚNIOR (2º SEC. INTERIOR), MARINÉZIO SOARES DE MAGALHÃES (1º SEC. IMPRENSA), ELIETE DOMINGOS DA COSTA (2º SEC. IMPRENSA), IZABEL SANTANA DA SILVA (1º SEC. APOS. E PENS), ENILDO GOMES (2º SEC. APOS. E PENS.), EDIVAN DA SILVA CAMPOS (1º SEC. ANIST. E DEMIT.), MANOEL ARNALDO DAS CHAGAS (2º SEC. ANIST. E DEMIT.), ROSINA DE ALMEIDA PAIVA (1º SEC. CULTURA), PATRÍCIO FERREIRA ORTIZ (2º SEC. CULTURA); SUPLENTE PARA DIRETORIA EXECUTIVA: SEBASTIÃO DE JESUS (1º), SAMUEL FERNANDES DE SOUZA (2º), FRANCISCO ROBERTO DIAS NETO (3º), MIRTES BENEDITA RONDON (4º), FRED CEBALHO (5º), DONATO FERREIRA DA SILVA (6º); CONSELHO FISCAL: VALDEMAR RODRIGUES SILVA (1º), MANOEL JOÃO DA SILVA (2º), JUÁREZ JUSTINO DE BARROS (3º); SUPLENTE: JOÃO GALDINO (1º), ARCÍLIO DE BARROS FILHO (2º), JOSÉ GONZAGA DE FREITAS (3º)

# “Há uma carência grande de líderes políticos no Estado”

Juiz Julier Sebastião da Silva tem sido destaque na imprensa, até nacional, por conta dos mandados de prisão da operação Pacenas e sua reconhecida atuação

*Sem confirmar a candidatura ao governo do Estado em 2010, o juiz da 1ª Vara Federal de Mato Grosso, Julier Sebastião da Silva, que atua na operação Pacenas, recebeu a reportagem do jornal O Compromisso, numa entrevista exclusiva para falar aos servidores públicos federais.*

*Apesar de dizer que é prematura a discussão para as eleições 2010, ele avalia que a mesma população que o tem lembrado como candidato está carente de um grande líder que se preocupe com as demandas da sociedade. Por ser juiz, Julier usa um tom ameno nas respostas porque o exercício do cargo lhe impõe discrição quando o assunto são questões partidárias ou decisões judiciais de outros colegas.*

*Julier se formou em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), onde tinha destacada atuação no movimento estudantil, além de militante do Partido dos Trabalhadores, antes de ingressar na magistratura. Ele é reconhecido, ao lado do procurador da República, Pedro Taques, que hoje atua em São Paulo, como os responsáveis por desmontar o crime organizado no Estado.*

Leia a seguir a entrevista:

**O Compromisso:** Sobre a aposentadoria especial, saiu um mandato de injunção para supri uma cláusula que estava faltando. O Supremo Tribunal Federal (STF) permitiu que esses pedidos fossem concedidos de acordo com as regras dos artigos 57 e 58 da Lei 8.213. Qual sua opinião sobre o assunto?

**Julier:** Se há uma decisão do Supremo que se aplica aos estatutários as mesmas regras dos celetistas, evidentemente que isso deverá ser levado em conta pela administração. Isso se faz através do requerimento do servidor. Não há outra forma de se materializar qualquer pleito perante a administração que não seja com requerimento.

**O Compromisso:** Sobre a suspensão da cobrança do PIS e Confins na conta de energia dos consumidores de Mato Grosso, a expectativa é que haja uma redução de 3,65%, numa decisão motivada através do departamento jurídico do Sindsep-MT que entrou com uma ação civil pública contra a Aneel e contra a Cemat. O que motivou o senhor a dar essa decisão?

**Julier:** Foi concedida uma liminar para suspender a cobrança desses tributos (PIS e Confins) que são de responsabilidade da concessionária e não dos consumidores. Houve um pedido de efeito suspensivo que foi concedido e deve estar tramitando e sendo julgado até o final do ano.

**O Compromisso:** Passamos pela semana da conciliação judicial, uma campanha para que os processos não se acumulem na Justiça. Por que não existe esse estímulo entre trabalhadores públicos e seus “patrões”?

**Julier:** Acho que o serviço público já faz conciliações numa série de processos. Notadamente, naqueles que são de competência do Juizado Especial Federal. Então, basicamente a conciliação é uma parte essencial nesse tipo de processo. Mas, existem alguns percalços a serem observados na transação do Poder Público. Ou seja, não pode o poder público fazer conciliação ou transação que venha a importar prejuízos ao erário público, ou inflijam o princípio da moralidade, da impessoalidade ou da legalidade. De qualquer forma, há de ser visto caso a caso.

**O Compromisso:** Circula pelo Congresso a Proposta de Emenda à Constitui-

ção (PEC) 12, que foi apelidada da PEC dos Precatórios. O texto sugere que sejam pagos os valores sejam menores no acordo entre as partes, mesmo que isso signifique atropelar os pagamentos mais antigos. Seria um jeito de resolver esse problema?

**Julier:** Vejo esse tipo de proposta muito perigosa, porque pode propiciar desvio de finalidade. Porque a Constituição assegura o mecanismo do pagamento. Ou seja, o precatório deve ser pago de acordo com a ordem cronológica para ser feito o pagamento. Se o Estado institui mecanismos que venham a burlar essa ordem cronológica, teremos um desvirtuamento por completo. Teremos pessoas sendo incentivadas a reduzirem os valores e negociarem seus créditos e com isso pularam a fila. É um precedente muito grave que pode gerar a balbúrdia dentro do sistema de pagamento do Estado e também formas complicadas de corrupção, já que é algo que o Estado não tem como controlar.

**O Compromisso:** Recentemente, o Supremo decidiu que não há obrigatoriedade do diploma de jornalismo para o exercício da função. O senhor concorda? Há como reverter esse quadro?

**Julier:** Acho que o Supremo decidiu está decidido. A discussão que moralizou isso são os princípios da Constituição, ou seja, da livre manifestação de pensamentos, liberdade de imprensa. Não sei se esta batalha será restauradora daquilo. Eu já decidi ações parecidas e decidi conforme o Supremo, pela não obrigatoriedade do diploma, pelos princípios constitucionais. A imprensa surgiu ante dos jornalistas, então não é agora que o exercício da imprensa tenha que se subordinar ao diploma de jornalismo. Obviamente o que vai delimitar a carreira é a qualidade do profissional, quem tiver curso superior na área de jornalismo, levará vantagem sobre quem não tem. Existem, obviamente, os “Ronaldinhos” que são grandes jornalistas que não têm diplomas.

**O Compromisso:** Outro assunto polêmico tem sido o aumento de vereadores. Muitos querem que ocorra ainda nessa legislatura. É possível?

**Julier:** Essa discussão é legislativa, passa pelo Congresso. Acho que ela vai ser submetida ao crivo jurídico legal. São dois estágios que essa medida terá que percorrer, para não sofrer avarias dentro de seu conteúdo. Vai ser uma discussão que deve



chegar ao Supremo, no que diz respeito a ser nessas eleições ou nas eleições vindouras.

**O Compromisso:** Qual sua opinião sobre a disparidade entre ativos e inativos do governo federal?

**Julier:** A Constituição proíbe essa disparidade. Os servidores ativos quando passam para inatividade devem guardar a mesma remuneração, esse é o regime da Constituição, não há como mudança isso. Existe o fator de redução para aqueles que são celetistas, porque acabam na verdade reduzindo na aposentadoria. No serviço público, cabe a emenda de 1998 que colocou como pedágio na idade limite do serviço público e também um pedágio para aqueles que não tinham adquiridos o tempo de serviço que era necessário para aposentadoria. Não há no sistema, dentro do regime previdenciário ou do serviço público, espaço para fazer distinção, salvo aquelas vantagens econômicas que sejam decorrentes do exercício, como hora extra ou algum tipo de gratificação. As verbas de caráter geral permanecem e são excluídas as que são ligadas ao exercício da função. A rigor não deveriam existir perdas, salvo as que estão em caráter transitório.

**O Compromisso:** Como o senhor avalia a atuação sindical e importância dessas discussões dentro da sociedade?

**Julier:** Os sindicatos são importantes instrumentos da sociedade civil para formular políticas públicas. São essenciais dentro de um regime democrático de direito e nessa condição deve ser respeitado por todos da sociedade e pelo Estado, notadamente.

**O Compromisso:** Tem uma pergunta que todos estão curiosos para saber. O senhor é candidato ao governo em 2010?

**Julier:** Acho que há uma carência grande de líderes políticos no estado que tenham condições de fazer com que alguns serviços públicos essenciais, como saúde, educação, segurança, sejam tratados de forma mais próxima da população. Há uma tendência natural que os líderes tenham essa preocupação com o cuidado com o povo. Tem que melhorar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado. É natural que a população cobre do estado o que mais lhe é peculiar, como saúde, educação e saneamento. Dentro desse contexto, eu – como figura pública – acabo sendo lembrado. Mas qualquer discussão no sentido de ser candidato é prematura, dentro desse contexto só em 2010.

PLANOS DE CARREIRA JÁ! - NOVAS TABELAS SALARIAIS! - REAJUSTE DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO! - REAJUSTE NOS VALORES DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE! - PARIDADE ATIVO-APOSENTADO-PENSIONISTA! - PELA DATA-BASE DOS SERVIDORES FEDERAIS!

# Servidores federais mostram disposição para pressionar o Governo

Thaís Raeli  
Da Redação

**C**erca de duzentos servidores federais estiveram na manhã de sexta-feira, 16, na Praça Alencastro para o último dia da paralisação nacional de 48 horas das superintendências do Poder Executivo. O barulho foi maior que no dia anterior e representantes de cada órgão reivindicaram seus direitos na porta da prefeitura de Cuiabá.

Participaram do protesto convocado pelo Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) as entidades filiadas a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), como Conab, AGU, SPU, Inbra, MTE, Dnit, Ibama, entre outros setores. A pauta nacional engloba os planos de carreira; tabelas remuneratórias; reajustes de benefícios, en-



tre os quais estão o auxílio-alimentação e a contrapartida nos planos de saúde. Além da defesa pela paridade entre ativos, aposentados e pensionistas e data base para os servidores.

De acordo com o presidente do Sindsep-MT, Carlos Alberto de Al-

meida, a inércia do governo federal acabou criando um sentimento de revolta na categoria, pelo fato de novamente usar como justificativa a crise como um entrave para o cumprimento dos acordos já firmados. Enquanto isso, sindicalistas questionam o empréstimo do governo ao FMI.

Segundo o presidente eleito do Sindicato dos Servidores da Previdência Social de Mato Grosso (Sindsprev-MT), Jorge Frederico Cardoso, é importante que tenha igualdade entre os trabalhadores dos três poderes, principalmente no que se refere ao auxílio-alimentação. "Enquanto uns comem carne de filé outros comem marmiteix", brincou. Jorge se refere ao fato de que o benefício para o Legislativo e para o Judiciário é superior a R\$ 630 enquanto o Executivo está brigando para conseguir R\$ 450 por mês.

Também marcaram presença no ato representantes do Sindicato dos Trabalhadores Federais do Meio Ambiente (Sintfama), da Associação dos Servidores da SRTE (ASSRTE), da Associação Nacional dos Empregados da Cobab (Asnab), do Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários de Mato Grosso, do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), da Associação Matogrossense dos Auditores Fiscais do Trabalho (Amafiti) e outros.

## Servidores estão envelhecendo

Falta de concurso público, desistência para tomarem posse nos cargos pelos baixos salários e servidores com medo de se aposentar por causa da perda salarial. Maria Carmen Marques, do Ministério da Fazenda, lembrou que se todos os trabalhadores se aposentassem

quando cumprissem o tempo de serviço, haveria hoje, uma evasão de 50% no Executivo. Ela justifica o fato de haver perda salarial no que se refere as gratificações e isso gira em torno de 30%. "Precisamos renovar a máquina administrativa", acrescentou.

## Paralisação de 48 horas

A frente do Ministério da Fazenda em Cuiabá foi cenário para o primeiro dia de manifestação dos servidores públicos federais de Mato Grosso. Na quinta-feira, 15 de outubro, duzentos trabalhadores cruzaram os braços para pressionar o governo no cumprimento dos acordos firmados no ano passado.

Mesmo o sindicalismo sendo o "berço" eleitoral do presidente Lula, os militantes não se amedrontaram com o desafio lançado na semana passada em Mato Grosso. Numa visita aos professores da UFMT, representando o Governo, o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orça-



mento e Gestão (SRH/MPOG), Duvanier Paiva Ferreira, disse na sexta-feira, 9 de outubro, que ao contrário do que os trabalhadores da União

dizem, não houve recuo por parte do Executivo no que diz respeito as negociações e que a categoria terá que provar que houve descumprimento.

**PLANOS DE CARREIRA JÁ! - NOVAS TABELAS SALARIAIS! - REAJUSTE DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO! - REAJUSTE NOS VALORES DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE! - PARIDADE ATIVO-APOSENTADO-PENSIONISTA! - PELA DATA-BASE DOS SERVIDORES FEDERAIS!**

### Conheça as principais reivindicações de cada setor:

- AGU** - Incluir no Orçamento 2010 recursos para garantir a discussão do plano de carreira específico do setor.
- CONAB** - Atendimento das reivindicações do ACT 2009/2010, incluindo a implementação do plano de cargos, carreira e salários
- DNIT** - Revisão das carreiras e do plano especial de cargos
- DNPM** - Revisão das carreiras e plano especial de cargos
- INCRA** - Criação de GT para elaborar proposta de Plano de Carreira
- MAPA** - Equiparação salarial com os fiscais agropecuários e agentes de inspeção
- MFAZENDA** - Tabela salarial de 2010 e equiparação com o INSS
- MJUSTIÇA** - Criação de duas gratificações com valores similares ao da gratificação específica dos servidores da Funai (Lei 11.907/09)
- MMA, IBAMA, ICMBIO e SFB** - Conclusão da elaboração de proposta de revisão da carreira e do plano especial de cargos
- MPLANEJAMENTO** - plano de carreira com extensão e incorporação da GSISTE
- MSAÚDE/ FUNASA** - Plano de carreira específico, reestruturação da atual tabela salarial, inclusão de várias categorias da GACEN e aumento do valor da mesma
- MPS** - Equiparação com os servidores do INSS, integrantes da Carreira do Seguro Social
- MRE** - Inclusão na Carreira do Serviço Exterior Brasileiro (Lei 11.440/06)
- MTE** - Envio ao Congresso da proposta de Plano de Carreira assinada pelo ministro Carlos Lupi e encaminhada ao Planejamento
- PGPE** - Reestruturação da tabela salarial
- SPU/PATRIMÔNIO DA UNIÃO** - Conclusão do GT destinado a estudar as alternativas apontadas no relatório do GT instituído pela Portaria SRH 722/08 e a construção do plano de carreira
- ÓRGÃOS MILITARES** - Reestruturação da Carreira de Tecnologia Militar e sua extensão a todos os servidores civis de órgãos militares

## Mês começa com paralisação nacional



Em Cuiabá, mais de trezentos servidores federais estiveram na manhã de quinta-feira (1º de outubro) na Praça do Monumento Ulisses Guimarães, no Centro Político Administrativo, em frente ao Shopping Pantanal, para pressionar o Governo em relação aos acordos firmados em 2008. A categoria paralisou as atividades por 24 horas como

o primeiro indicativo de greve nacional.

De acordo com o vice-presidente do Sindsep-MT, Rosevel Motta, servidor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), além das reivindicações já conhecidas, é preciso rever as condições de trabalho e reestruturação dos órgãos.

"É uma vergonha em todos os órgãos. Na quarta-feira (30) estávamos com telefone cortado por falta de pagamento e a unidade de Pontes e Lacerda está com o aluguel atrasado. Sem contar que não temos recursos para as diárias e também temos problemas com a conta de energia. Nem parece uma superintendência do Governo Federal", disse Rosevel.

## GALERIA DE FOTOS

